

HABEAS CORPUS Nº 502.293 - MG (2019/0094502-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : GISMAEL ALMENDRO TEIXEIRA MIRANDA E OUTRO
ADVOGADOS : GISMAEL ALMENDRO TEIXEIRA MIRANDA - MG136795
AMANDA PATRICIO ANDRADE - MG172416
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GABRIEL FARIA BARBOSA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GABRIEL FARIA BARBOSA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.021328-0/000.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente pelo suposto cometimento do delito de tráfico de entorpecentes (arts. 33, *caput*, da Lei n. c/c 40, ambos da 11.343/06).

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário perante o Tribunal de origem alegando constrangimento ilegal ao paciente em razão da ausência de fundamentos para a manutenção do decreto prisional cautelar, bem como inexistência de gravidade concreta, ínfima quantidade de drogas e regime diverso do imposto em caso de condenação. A ordem foi denegada pelo Tribunal de Justiça em acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS" - TRÁFICO DE DROGAS - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA - REVOGAÇÃO IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS ELENCADOS NOS ARTS. 312 E 313 DO CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO - ORDEM DENEGADA.

-Não acarreta constrangimento ilegal a manutenção da custódia cautelar do paciente, quando existem nos autos elementos concretos indicando a necessidade da manutenção da medida extrema para a garantia da ordem pública e para a conveniência da instrução criminal in a I, c o m o no caso dos autos, em que há indícios de que o paciente alicia adolescentes para a prática da mercancia ilícita.

Agora a defesa impetra o presente *habeas corpus* perante essa Corte sustentando não estarem preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP, bem como desproporcionalidade na medida pois a prisão cautelar seria mais gravosa ao paciente do

que eventual pena a ser aplicada em sentença condenatória.

Pleiteia, em liminar e no mérito, pelo relaxamento da prisão preventiva do paciente, reconhecendo a nulidade da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva; eventualmente, pela concessão de liberdade provisória ao paciente, com ou sem a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão a seu favor.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator